

Comitê de Representantes

Aprovada na 779a. sessão

ALADI/CR/Ata 778 27 de setembro de 2001 Hora: 10h10m às 12h

ATA DA 778ª SESSÃO DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

- 1. Aprovação da Ordem do Dia.
- 2. Assuntos em pauta.
- 3. Consideração da ata correspondente à 777^a sessão.
- 4. Consideração dos Estudos 128/Rev. 1 e 129/Rev. 1 a fim de identificar e propor ações que permitam aperfeiçoar a convergência e o aprofundamento dos programas de liberalização.
- 5. Grupo de Trabalho sobre Bens Culturais.
- Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Seguimento do Programa de Apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo.
- 7. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos.
- 8. Assuntos diversos.
 - Comentários do Coordenador do Grupo sobre Programa de Atividades.
 - Designação do Coordenador do Grupo de Trabalho de Seguimento do Programa de Apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo.

Preside:

ELBIO ROSELLI

Assistem: Carlos Onis Vigil, Ricardo Harstein, Gustavo Vivacqua, Perla Margarita Polverini, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Willy Vargas Vacaflor e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Afonso José Sena Cardoso, João Mendes Pereira, Haroldo de Macedo Ribeiro, Otávio Brandelli e Michel Arslanian Neto (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda, Flavio Tarsetti Quezada e María Antonieta Jara (Chile), Arturo Sarabia Better e Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), Fidel Ortega Pérez (Cuba), Juan Carlos Faidutti Estrada e Julio Prado Espinosa (Equador), Fernando Sandoval Flores e Arturo Juárez Juárez (México), José María Casal, Ruben Ramírez Lezcano, Gloria Irma Amarilla Acosta e Astrid Beatriz Salum Pires (Paraguai), Carlos Higueras Ramos, Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Elbio Rosselli, José Roberto Muinelo, Ana Teresa Ayala e Laura Dupuy (Uruguai), Rodrigo Arcaya Smith e Carlos Longa González (Venezuela), Igor Romanchenko (Rússia) e José Fiusa Lima OPS/OMS.

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e Gustavo Adolfo Moreno.

<u>PRESIDENTE</u>. Bom dia Senhores Representantes Permanentes e membros das Representações. Damos início à 778ª sessão ordinária do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

<u>PRESIDENTE</u>. Os Senhores Representantes receberam a Ordem do Dia proposta, que consta de oito pontos e está para a consideração das Representações. Os Senhores Representantes desejam fazer modificações ou acréscimos?

Tem a palavra o Representante da Argentina.

<u>Representação da ARGENTINA</u> (Carlos Onis Vigil). Muito obrigado, Senhor Presidente. Desejo acrescentar alguns pontos em assuntos diversos.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado. Tem a palavra o Representante do Peru, Embaixador Higueras. Desejaríamos, se possível, conhecer os pontos que deseja acrescentar o Representante da Argentina em assuntos diversos para estar preparados.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante da Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). São comentários sobre as atividades do Programa de Atividades. São algumas sugestões ou comentários que queria levar ao conhecimento do Comitê, não para tomar uma decisão, mas para trocar idéias. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado, Embaixador Onis. Tem a palavra o Representante do Equador, Embaixador Faidutti.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Seria possível também incluir em assuntos diversos a designação do Coordenador do grupo dos PMDERs? Porque esse cargo não foi preenchido. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado. Não havendo outras observações, fica <u>aprovada</u> a Ordem do Dia, com a inclusão em assuntos diversos das propostas da Argentina e do Equador.

2. Asuntos em pauta.

<u>PRESIDENTE</u>. Com relação a este ponto, tem a palavra o Senhor Secretário-Geral, Embaixador Rojas.

<u>SECRETÁRIO-GERAL</u>. Muito obrigado, Senhor Presidente. Os Assuntos em pauta constam no documento incorporado nas pastas dos Senhores Representantes e fazem parte da presente ata.

1. Delegação Permanente do Brasil. Nota No. 171, de 13/VIII/2001.

Comunica designação do Segundo Secretário, Senhor Michel Arslanian Neto.

2. Representação Permanente da Argentina. Nota No. CR 92/01, de 29/VIII/2001.

Comunica a vigência do Vigésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica No. 16, assinado pela Argentina e pelo Chile.

Foi publicado como Documento ALADI/CR/di 1298.

4. Representação Permanente da Argentina. Nota No. CR/61/01, de 3/VII/2001.

Comunica que por Decreto No. 415/91 foram incorporados ao ordenamento jurídico interno todos os protocolos assinados pela Argentina que contenham preferências tarifárias.

Foi publicado como Documento ALADI/CR/di 1300.

5. Delegação Permanente do Brasil. Nota No. 190, de 4/IX/2001.

Envia, em anexo, cópia do Ato Declaratório da Coordenadora Geral do Sistema de Tributação No. 34, de 20 de agosto de 2001.

Foi publicado como Documento ALADI/CR/di 1301.

6. Delegação Permanente do Brasil. Nota No. 193, de 5/IX/2001.

Envia, em anexo, cópia do Decreto No. 3.901, de 30/VIII/2001, pelo qual coloca em vigor o Quadragésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica No. 2, assinado entre o Brasil e o Uruguai em 31/V/2001.

Foi publicado como Documento ALADI/CR/di 1302.

7. Delegação Permanente do Brasil. Nota No. 201, de 13/IX/2001.

Envia, em anexo, cópia do Decreto No. 3.910, de 6/IX/2001, pelo qual coloca em vigor o Trigésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica No. 2, assinado entre o Brasil e o Uruguai em 1º/II/2001.

Foi publicado como Documento ALADI/CR/di 1304.

8. Delegação do Brasil. Nota No. 202, de 13/IX/2001.

Envia, em anexo, cópia do Decreto No. 3.911, de 10/IX/2001, pelo qual coloca em vigor o Trigésimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica No. 18, assinado entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, em 17/IV/2001.

9. Delegação do Brasil. Nota No. 219, de 24/IX/2001.

Envia, em anexo, cópia do Decreto No. 3.928, de 19/IX/2001, pelo qual coloca em vigor o Quadragésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica No. 2, assinado entre o Brasil e o Uruguai em 31/IV/2001.

Foi publicado como Documento ALADI/CR/di 1312.

10. Representação do México. Nota No. 61/2001, de 19/III/2001.

Comunica vigência do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica No. 37, assinado pelo México e Guatemala, ao amparo do Artigo 25 do Tratado de Montevidéu 1980.

Foi publicado como Documento ALADI/CR/di 1307.

- 11. Regime Regional de Salvaguardas (ALADI/SEC/dt 439).
- 12. Relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária (janeiro-agosto 2001) (ALADI/SEC/di 1563).
- 13. Relatório mensal sobre a situação financeira da Associação Latino-Americana de Integração até 31 de agosto de 2001 (ALADI/SEC/di 1564).
- 14. Considerações sobre temas prioritários para o aperfeiçoamento do Regime Geral de Origem da ALADI (ALADI/CR/di 1299).
- 15. Conversão dos acordos assinados ao amparo do Tratado de Montevidéu 1980 à NALADI/SH 96. Estado de situação (ALADI/SEC/di 1261/Rev. 2).
- 16. Relatório sobre o programa de ação sobre facilitação do transporte e do comércio (ALADI/CR/Resolução 129) (ALADI/SEC/di 1559).
- 17. Projeto de harmonização de normas de transporte terrestre na América do Sul (ALADI/SEC/Estudo 137).
- 18. Diagnóstico da situação atual e perspectivas do transporte marítimo regional (caso Cuba e México) (ALADI/SEC/Estudo 138).
- 19. Seminário-oficina: Mecanismos de Promoção de Exportações para as pequenas e médias empresas Conclusões e recomendações (ALADI/SEC/di 1565).

Cabe salientar, em primeiro lugar, a nota recebida da Representação Permanente do Peru, mediante a qual comunica o lamentável término de funções do Senhor Embaixador, nosso amigo, Carlos Higueras Ramos, a partir de 1º de janeiro. Sua despedida se realizará na quarta-feira 17 de outubro.

Muito lamentamos sua partida, mas sabemos que terá um destino muito importante em sua atividade profissional. Desejamos a ele e a sua família muitos êxitos.

Por outro lado, recebemos uma nota da Delegação do Brasil, mediante a qual comunica a designação do Segundo-Secretário, Michel Arslanian Neto, a quem desejamos êxitos nas suas atividades em Montevidéu e em seu trabalho na sua Delegação.

Cabe indicar, Senhor Presidente, que distribuímos um projeto de resolução sobre o Regime Regional de Salvaguardas, elaborado pela Secretaria-Geral, levando em conta a recomendação do grupo de trabalho coordenado pela Representação de Cuba. Portanto, será diretamente considerado por esse grupo quando seja convocado.

Foram distribuídos, também, os Documentos Informativos 1563 e 1564, referentes, respectivamente, ao relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária e ao relatório mensal sobre a situação financeira da Associação até 31 de agosto, que devem ser analisados pela Comissão de Orçamento. Coordenaremos com o Senhor Representante da Venezuela para realizar, na próxima semana, uma reunião desta Comissão.

Finalmente, e depois de distribuir o documento de Assuntos em pauta, ontem distribuímos o Estudo 139, "O impacto da ALCA no comércio intra-regional e no comércio dos países-membros da ALADI, com os Estados Unidos e o Canadá". A Secretaria-Geral desejaria que este documento fosse apresentado e considerado na próxima reunião do Comitê de Representantes.

Senhor Presidente, em termos gerais, isso é o mais importante de Assuntos em pauta. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço a informação do Senhor Secretário-Geral.

3. Consideração da ata correspondente à 777ª sessão.

<u>PRESIDENTE</u>. As Representações têm observações sobre este ponto? Tem a palavra o Representante do México.

<u>Representação do MÉXICO</u> (Arturo Juárez Juárez). Muito obrigado, Senhor Presidente. Desejamos fazer algumas observações de forma, que enviaremos oportunamente à Secretaria-Geral. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante de Cuba.

Representação de CUBA (Fidel Ortega Pérez). Obrigado, Presidente. Esta Representação também deseja fazer observações de forma que enviaremos imediatamente à Secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). No mesmo sentido, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Guillermo Serna Meléndez). De igual forma, Presidente.

<u>PRESIDENTE</u>. Tem a palavra o Senhor Representante do Peru, Embaixador Higueras.

Representação do PERU (Carlos Higueras Ramos). A Representação do México manifestou que queria fazer mudanças de forma. Mas, na página quatro confundiram meu sobrenome com o do Embaixador do México, Iruega. Desejaria que fosse feita essa pequena mudança.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra o Secretário-Geral.

<u>SECRETÁRIO-GERAL</u>. O Secretário-Geral também tinha observações de forma em sua intervenção, e já fez sua observação, Senhor Embaixador do Peru.

<u>PRESIDENTE</u>. Parece que a ata não saiu tão boa como habitualmente. Com as mencionadas correções de forma, fica <u>aprovada</u>.

 Consideração dos Estudos 128/Rev. 1 e 129/Rev. 1, a fim de identificar e propor ações que permitam aperfeiçoar a convergência e o aprofundamento dos programas de liberalização.

<u>PRESIDENTE</u>. Estes Estudos visam identificar e propor ações que permitam aperfeiçoar a convergência e o aprofundamento dos programas de liberalização.

Este tema foi incorporado ao Programa de Atividades da Associação para este ano, a fim de que o Comitê debata sobre esta matéria e dê instruções à Secretaria para continuar os trabalhos. Os documentos foram distribuídos em maio deste ano e estão para consideração das Representações. Tem a palavra o Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muinelo). Creio que os estudos apresentados pela Secretaria para consideração do Comitê são muito importantes e contêm antecedentes e quadros estatísticos muito importantes, que muito agradecemos.

Consideramos que seria conveniente encaminhar este tema a um grupo de trabalho para depois tratar no Comitê algumas conclusões ou sugestões sobre a matéria. Obrigado, Presidente.

<u>PRESIDENTE</u>. Muito obrigado, Ministro Muinelo por sugerir a criação de um grupo de trabalho.

Tem a palavra o Representante da Venezuela, Embaixador Arcaya.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Apóio a proposta do Uruguai. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado. Por enquanto as Representações que solicitaram a palavra são a do Uruguai e a da Venezuela, com uma proposta de apoiar a criação de um grupo de trabalho.

Obviamente isso nos levaria à necessidade de definir os termos de referência e demais, em função dos acordos previamente estabelecidos no Comitê ou, pelo contrário, manter este tema em Chefes de Representação. Tem a palavra o Representantes da Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. Concordo com o Uruguai, no sentido de que os dois documentos são de muita utilidade e apresentam numerosos elementos de juízo. O tema deveria ser estudado em profundidade. Poderia ser tratado em Chefe de Representação ou em um grupo de trabalho. Concordo em que seja tratado em um grupo de trabalho.

Mas, deveríamos ter um mandato claro dos termos de referência, porque há muitos elementos dentro de ambos os trabalhos e considero que não é somente uma análise do documento, senão que podem ser selecionadas algumas de suas propostas, como o tema de aprofundamento dos esquemas de liberalização.

A idéia é dar um ou dois mandatos concretos ao Grupo, porque se não vai ser demasiado vago e talvez não cheguemos a algumas recomendações específicas. Por isso não sei se em nível de Chefes de Representação ou na Secretaria, poderiam elaborar-se alguns termos de referência como mandatos para levar à prática a idéia proposta pelo Uruguai. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado, Embaixador Onis. Não sei que pensam as demais Representações. Basicamente aqui podemos tentar termos de referência para estabelecer um grupo de trabalho ou, pelo contrário, incorporar estes documentos no âmbito de discussões em nível de Chefes. Qualquer uma das propostas são viáveis. Até o momento a proposta concreta é a de um grupo.

Tem a palavra o Delegado do Brasil.

<u>Delegação do BRASIL</u> (José Artur Denot Medeiros). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Se há consenso geral, considero boa idéia tentar o aprofundamento de uma análise destes dois documentos, como sugeriu o Uruguai. Criaríamos um grupo de trabalho provisório, que tivesse o mandato geral de aprofundar esta discussão com uma análise dos dois documentos, com vistas a sua futura atualização, permanente e no contexto do Programa de Atividades da Associação. Mas, estou de acordo com o Embaixador da Argentina. Seria necessário, por princípio, aprovar aqui os termos de referência, embora de forma muito geral. Muito obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Muito obrigado. Se não houver observações, sugeriríamos ou solicitaríamos à Secretaria-Geral a redação de um projeto de termos de referência para este grupo de trabalho.

Faríamos, também, consultas informais sobre estes termos de referência, para poder, no prazo mais breve possível, criar o grupo de trabalho. Tem a palavra o Representante do Uruguai, Senhor Muinelo.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muinelo). Obrigado, Senhor Presidente. Agradeço o apoio que teve esta iniciativa, mas também desejaríamos solicitar a este grupo de trabalho que estabeleça um período determinado para concluir seus trabalhos, que deveria ser antes da Reunião do Conselho de Ministros, porque aqui há elementos muito substanciais que podem ser de utilidade nessa oportunidade. Muito obrigado, Senhor Presidente.

<u>PRESIDENTE</u>. Muito obrigado, Ministro Muinelo. Nos termos de referência se procurará estabelecer um prazo para a conclusão dos trabalhos deste grupo. Assim fica acordado.

5. Grupo de Trabalho sobre Bens Culturais.

<u>PRESIDENTE</u>. O seguinte ponto da Ordem do Dia é o referente ao Grupo de Trabalho sobre Bens Culturais. A Secretaria preparou um documento informativo 646, contendo as bases para o estabelecimento dos termos de referência do Grupo de Trabalho do Acordo Cultural.

Este Documento Informativo 646 foi distribuído às Representações e está para sua consideração. Ofereço a palavra às Representações.

Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. Desejo referir-me, brevemente, ao Documento 646, em particular à parte de Objetivos, página 2.

Consideramos que os objetivos do grupo de trabalho devem estar enquadrados na primeira parte dos objetivos, que é realizar uma análise sobre a evolução e funcionamento do Acordo Regional e propor ao Comitê de Representantes a assinatura de um novo convênio ou modificar o convênio atual.

O que excede à competência da ALADI é o referente a um mecanismo que propicia "o inter-relacionamento com os Ministros de Cultura da Região e também com organizações internacionais vinculadas ao tema, a fim de coordenar ações que visem alcançar o objetivo central do Acordo". É muito amplo. A ALADI tem um papel neste tema, que é gerar os mecanismos jurídicos que permitam melhor intercâmbio destes bens. Não é uma ação que tenha a ver com a difusão da cultura diretamente, mas um mecanismo que permite maior intercâmbio de bens. Deveríamos precisar claramente a função do tema cultura na Associação.

São realizadas reuniões de Ministros de Cultura em nível regional, em nível subregional, que se dedicam à política cultural dos países-membros. O papel que corresponde à ALADI, dentro desse esquema mais geral, é aplicar mecanismos específicos para facilitar esse intercâmbio no qual todos, como diplomatas, tivemos experiências de que, muitas vezes, organismos de nossos países dificultam sistematicamente o intercâmbio de mostras de pinturas, a entrada de elementos de cultura. Isso acontece todo o tempo.

Esta iniciativa saiu do Grupo do Rio, em uma reunião em Acapulco, da década de oitenta, de facilitar o intercâmbio dos bens, seja artistas, elementos, livros, todo esse tipo de coisas. Não deveríamos entrar em uma ação de política cultural, que considero muito importante, mas não é o organismo adequado. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado, Embaixador Onis. Solicitaram a palavra as Representações de Cuba e do México.

Representação de CUBA (Fidel Ortega Pérez). Obrigado, Presidente. Precisamente queria referir-me à parte dos objetivos do documento, como fez a Representação da Argentina.

Em primeiro lugar, aprovamos os demais grupos de trabalho para ter objetivos precisos claros e concretos e considero que o grupo proposto nesta oportunidade não reúne essas características. Creio que poderíamos confundir objetivos com ações, que não é a mesma coisa. Da forma que está redigido, por exemplo, no primeiro objetivo se estaria estabelecendo como tarefa uma única análise da evolução e do funcionamento do acordo e não deve ser assim.

Coincido plenamente com as observações do Embaixador Onis sobre a terceira proposta realizada pela Secretaria sobre referente à criação de um mecanismo que propicie o inter-relacionamento com os Ministérios de Cultura da Região.

Proponho, concretamente, como objetivo do grupo, em primeiro lugar, analisar a evolução e funcionamento do acordo e, em segundo, identificar, e colocaria entre parênteses porque é óbvio "e propor ao Comitê de Representantes" as ações que possa desenvolver a Associação no âmbito do acordo.

Depois seria uma ação, que poderíamos considerar como objetivo, mas está definido no Programa de Atividades do ano passado elaborar um projeto de Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo para cumprir a atividade III -3. Deixaria assim como está. Eliminaria o terceiro parágrafo e resumiria com estas duas linhas os outros objetivos expostos. Obrigado, Presidente.

<u>PRESIDENTE</u>. Muito obrigado, Representação de Cuba. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Obrigado, Embaixador. Coincidimos com o manifestado pelas Representações da Argentina e de Cuba no sentido de que devemos estabelecer objetivos mais concretos nestes termos de referência e, de alguma maneira, consideramos que estes estão definidos em função do resultado das deliberações realizadas sobre este tema no âmbito de Chefes de Representação.

Coincidimos totalmente com a proposta de Cuba. De qualquer maneira, apresentaríamos outra sugestão mais concreta, que simplesmente diria: "analisar o estado em que encontra o tema e submeter à consideração do Comitê de Representantes as recomendações sobre as futuras ações a serem desenvolvidas na Associação". Muito obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Agradeço à Representação do México seus comentários. Tem a palavra o Representante do Peru, Embaixador Higueras.

Representação do PERU (Carlos Higueras Ramos). Obrigado.

Evidentemente, estamos retomando os trabalhos de um grupo de trabalho que tinha ficado congelado desde 27 de outubro de 98. Não se diz por que razão este

grupo ficou de lado. Alguma coisa aconteceu nesse período e certamente a Secretaria, por delicadeza, não o introduziu neste papel.

Por outro lado, pergunto à Secretaria-Geral se este grupo, que se congelou não tinha objetivos, porque antigamente não se faziam temos de referência. Criava-se o grupo de trabalho e começava suas tarefas com objetivos determinados, entre os quais figurava o desenho de um mecanismo, ao qual se referiu o Embaixador Onis. Estou de acordo com ele em que, evidentemente, a ALADI não é um organismo cultural, mas sim creio que ele está de acordo comigo em que a cultura latino-americana deve tratar de integrar-se, da melhor forma possível, para conhecer-nos e integrar-nos melhor. É um desenho praticamente gracioso, mas o consideramos muito importante.

Então, no parágrafo de termos, onde diz "objetivos: o Grupo de Trabalho cumprirá...", creio que deveria eliminar-se "o desenho de um mecanismo que propicie" e colocar outra frase que dissesse somente "que se propicie o inter-relacionamento com os Ministros de Cultura", ou seja que a ALADI tenha uma conexão, de alguma maneira, com as reuniões destes Ministros de Cultura da Região para que, efetivamente, continuem seu trabalho no futuro. Não sei quanto tempo durará, mas para que possa reiniciar seus trabalhos.

Em resumo, desejaria perguntar à Secretaria, se este Grupo de Trabalho, que ficou estagnado, já tinha termos de referência e por que não continuou seus trabalhos. Não tinha coordenador. Entendo que a Secretaria-Geral assumia esse papel, que está muito bem, mas é estranho que não tivesse um plano de trabalhos nos anos 99 e 2000. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Sem prejuízo de dar a palavra à Secretaria-Geral para responder as manifestações do Senhor Embaixador Higueras, solicitou a palavra a Delegação do Brasil. Tem a palavra o Embaixador Denot Medeiros.

<u>Delegação do BRASIL</u> (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Presidente. Somente para dizer que este documento da Secretaria foi distribuído ontem à tarde. Logicamente não tivemos tempo para fazer as consultas pertinentes com nossas autoridades em Brasília. As faremos com base não somente na proposta da Secretaria, mas também, sobretudo, com base nas muito pertinentes intervenções que escutamos nesta discussão.

Por conseguinte, pareceria que o curso a seguir seria que a Secretaria levasse em conta as propostas feitas aqui e que nos apresentasse, na próxima reunião, um documento com termos de referência revisados. Entanto, nós buscaremos as instruções pertinentes. Muito obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado, Embaixador Denot. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Sim, muito obrigado, Presidente.

Respondendo ao Senhor Representante Permanente do Peru, este grupo de trabalho não tinha termos de referência. A paralisia de seus trabalhos, deveu-se a que não houve um consenso em torno de um projeto de Protocolo que tentou-se incorporar a este Acordo e que faz parte, basicamente, da indústria editorial. Posteriormente surgiu um inconveniente adicional, que nem todos os países-

membros tinham em vigência o Primeiro Protocolo Adicional deste Acordo e isso, evidentemente, influiu sobre a consideração do Segundo Protocolo. Dois dos países-membros fizeram observações muito precisas sobre esse Segundo Protocolo. Porém, o Grupo de Trabalho não foi convocado novamente perante, digamos, se se pode qualificar dessa maneira, o não cumprimento por parte de vários países-membros de manter plenamente em vigência o Acordo.

Com relação ao tema da vinculação com os Ministros de Cultura, não é nossa intenção relacionar-nos, de forma direta, com a atividade cultural da região. Acontece que a Secretaria-Geral participava permanentemente dos encontros dos Ministros de Cultura dos países latino-americanos e do Caribe, que se reuniam ou continuam reunindo-se uma vez por ano, e um dos temas que permanentemente estava na agenda dos Senhores Ministros era, precisamente, a evolução e funcionamento deste Acordo.

Efetivamente, como manifestou o Representante da Argentina, houve uma reunião do Grupo do Rio, em Acapulco, que creio foi a primeira e que foi impulsionada pelo Excelentíssimo Senhor Julio María Sanguinetti, naquele momento Presidente do Uruguai. Mas, em termos de referência, o que aconteceu com este Acordo foi isso, e por isso o Grupo de Trabalho não se reuniu mais e a Secretaria sentiu que os países não tinham intenção de avançar nesta matéria até que não fossem solucionados os inconvenientes que surgiram para a colocação em vigência do Primeiro Protocolo Adicional.

Esta poderia ser, então, uma oportunidade muito importante para reativar o funcionamento deste Acordo e a eventual vinculação, caso assim decida o Comitê, novamente com o foro de Ministros de Cultura que, reitero, sempre tem em sua agenda permanente a análise da evolução deste Acordo que é totalmente de caráter comercial. Muito obrigado, Senhor Presidente.

<u>PRESIDENTE</u>. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral. Pergunto as Representações se desejam fazer observações ou comentários.

Se não há observações considero que, com o manifestado em Sala, a Secretaria dispõe de elementos de juízo para reformular uma proposta de termos de referência para a criação deste grupo, sem prejuízo de que as Representações possam também, em função dos comentários e das instruções recebidas de suas capitais, aproximar um mecanismo clássico de contato, novas idéias para a elaboração destes termos de referência. Por conseguinte, entendo que o Comitê encomenda à Secretaria que leve em conta as manifestações dos Representantes para que apresente um novo projeto de termos de referência.

6. <u>Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Acompanhamento do</u> Programa de Apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo.

<u>PRESIDENTE</u>. O seguinte ponto da Ordem do Dia é o relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre seguimento do Programa de Apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Tem a palavra a Representação do México para que, em nome do Coordenador, apresente o relatório correspondente.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Obrigado, Presidente. Queremos informar brevemente sobre os resultados da última reunião deste Grupo de Trabalho, realizada em 25 de junho do presente ano. O tema tratado nessa reunião foi o seguinte: programa de atividades da ALADI em favor dos países de

menor desenvolvimento econômico relativo para o ano 2001 e termos de referência dos projetos, ALADI/SEC/di 1502.

Nessa reunião a Secretaria-Geral informou que o programa foi elaborado e estruturado com base nos pedidos apresentados pelos Governos da Bolívia, Equador e Paraguai, tomando como critérios de seleção os mandatos emanados do Conselho de Ministros, a promoção do desenvolvimento da oferta exportável, a infra-estrutura física, os serviços vinculados ao comércio exterior, o melhoramento da produtividade das empresas, o desenvolvimento empresarial e a formação de negociadores, entre outros critérios.

O grupo de trabalho tomou nota, com satisfação, do programa de trabalho e dos termos de referência apresentados, destacando a transparência de seu conteúdo e o enfoque prático outorgado ao mesmo, que permitirá acompanhar de perto o cumprimento dos objetivos e metas propostas.

Na Minuta 2 deste Grupo de Trabalho consta o relatório detalhado, distribuído oportunamente pela Secretaria-Geral. Muito obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Agradeço as informações da Representação do México. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Julio Prado Espinosa). Obrigado. Com a autorização do Senhor Embaixador faço uso da palavra para manifestar que na sua despedida, ou antes, o Representante Alterno do México, José Luis Solís, apresentou um relatório sobre o resultado de sua última reunião. A partir desse momento trabalhamos no Grupo dos PMDERs sob a coordenação da Secretaria-Geral.

Por isso a Representação do Equador não tinha informação sobre o tema da coordenação do Grupo de PMDERs, sobre os temas que iam ser tratados, porque realmente foi coordenado pela Secretaria-Geral, pelo Secretário Adjunto Mejía, com os três países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Não obstante, como em seu momento foi reconhecida a valiosa intervenção e Coordenação do Grupo por parte da Representação mexicana, consideramos que esta finalizou quando da partida do Representante Alterno Solís. Por isso, embora tenhamos conhecido recentemente o relatório não sabíamos o que ia ser tratado. Manifesto isto porque eu participava dos grupos de trabalho e isso foi o que informei ao Embaixador. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Ministro Prado.

Para esclarecer a pergunta da Representação do Equador, e sem prejuízo de dar a palavra à Representação do México, a Mesa considera que a Coordenação do Grupo de Trabalho sobre os PMDERs não tinha apresentado antes de sua partida o relatório correspondente e que, por conseguinte, correspondia fazer a apresentação desse relatóro.

Foi, inclusive, por isso que esta Presidência ofereceu a palavra à Representação do México para apresentar, em nome do coordenador, o relatório correspondente. A Mesa, a diferença de outras entidades, não se presume de infalível.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Obrigado, Presidente. Simplesmente para ratificar as expressões da Mesa. Esse é o entendido desta Representação. Muito obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado. As Representações desejam fazer algum comentário adicional sobre este relatório? Caso contrário o Comitê tomará nota do relatório apresentado pela Representação do México em nome do Coordenador ou de quem exercia a Coordenação do Grupo de Trabalho.

Tem a palavra o Representante da Bolívia, Embaixador Vargas.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Presidente, não considero apropriado fazer algum relacionamento entre os países-membros da ALADI que possa dar lugar a interpretações um pouco forçadas de uma situação que parece entravada.

Acreditamos que deveríamos tratar este tema em uma próxima reunião, com base na consideração de um relatório que foi distribuído oportunamente e poderá requerer um pronunciamento do Comitê. Naturalmente poderíamos tratar a proposta do Equador para designar um coordenador permanente do Grupo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Vargas, por seu comentário.

O Equador solicitou a inclusão deste tema em Assuntos diversos. Estávamos tratando de que esse tema fosse tratado no ponto 6 do Relatório do Grupo de Trabalho. O Comitê de Representantes ouviu hoje a apresentação do relatório que consta na Minuta distribuída e o Comitê toma nota deste relatório. O outro ponto será considerados em Assuntos diversos.

7. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos.

<u>PRESIDENTE</u>. Após concluir a análise do ponto 6 da Ordem do Dia, passamos ao ponto 7. Tem a palavra seu Coordenador, Embaixador Juan Carlos Faidutti.

<u>Representação do EQUADOR</u> (Juan Carlos Faidutti Estrada). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Com efeito, o Grupo de Trabalho sobre situações que merecem uma revisão reuniu-se em 24 de agosto e os senhores tem sem seu poder o documento respectivo onde se estudou a situação atual desse Grupo, que tinha deixado de reunir-se durante algum tempo e como conclusão manifestou que tinha concluído o mandato deste Grupo, mas como existem algumas dúvidas a esse respeito, especialmente no cumprimento das decisões ou das recomendações adotadas, como por exemplo no caso do Paraguai, foi elaborado um projeto de resolução.

Através do mesmo, levamos à consideração dos senhores a criação de um grupo de trabalho sobre assuntos jurídicos, cujo objetivo e âmbito de ação será a consideração de temas em geral, cujo aspecto jurídico, a critério do Comitê de Representantes requer de uma análise prévia porque, insisto, considerávamos que as razões pelas quais foi criado o grupo sobre situações jurídicas que merecem uma revisão, tinha cumprido seu objetivo. Esta é nossa recomendação e, repito, que está para consideração dos Senhores Representantes.

<u>PRESIDENTE</u>. Agradeço ao Embaixador Faidutti a apresentação de seu relatório e a explicação sobre o conteúdo do projeto de resolução enviado por esse grupo de trabalho.

Tem a palavra o Representante do Peru, Embaixador Higueras.

Representação do PERU (Carlos Higueras Ramos). Desejaria perguntar ao Coordenador, por seu intermédio, Presidente. Este grupo de trabalho que está sendo criado já tem um projeto de termos de referência? Li rapidamente o projeto e nos considerandos não há nenhum termo de referência. Obrigado.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Simplesmente determinamos os objetivos, tal como indica o regulamento correspondente, de considerar os temas cujos aspectos jurídicos, a critério do Comitê requerem de uma análise prévia, isto é, cada vez que o Comitê considere que há assuntos jurídicos a tratar, seriam tratados por este novo grupo.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado, Embaixador Faidutti. Tem a palavra o Representante da Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado. Concordo, em princípio, com que os objetivos são um pouco estritos no Artigo Segundo, mas como temos um tema importante que é o da vigência para tratar, considero que podemos aprovar esta resolução. Acrescentaria, no final do segundo parágrafo a parte resolutiva "e propor as resoluções pertinentes", ou seja que o Grupo não somente faça uma análise, mas que proponha recomendações ao Comitê e estamos de acordo em aprová-las com esse acréscimo.

Se depois consideramos que os termos de referência são muito breves e é necessário elaborar alguns mais amplos ou mais específicos, na medida em que o Grupo avance, podemos melhorar os termos de referência. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado, Embaixador Onis. Tem a palavra o Representante da Venezuela, Embaixador Arcaya.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado. Apóio a Resolução. Considero muito boa a observação da Argentina de acrescentar as recomendações, mas desejo fazer um comentário no sentido de que normalmente é muito difícil definir este tipo de aspecto jurídico em áreas. A área jurídica não é a área temática. Por conseguinte, considero que é uma espécie de consultoria jurídica do Comitê.

Quando o Comitê considera que é necessário fazer uma análise jurídica, mais técnica, encaminha o assuntos a este Grupo de Trabalho para fazer as recomendações e análises respectivas. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Muito obrigado, Embaixador Arcaya. Tem a palavra o Representante da Colômbia, Embaixador Sarabia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Desejaria, abstraindo-me do tema que estamos discutindo, solicitar à Secretaria que faça a leitura da norma pela qual se criam os grupos de trabalho.

Digo isto, porque até onde lembro os grupos de trabalho, independentemente da importância dos temas que tratem, têm como objetivo atender assuntos especiais e creio que nesse sentido foi criado este grupo, para tratar os assuntos jurídicos que estão pendentes. Isso dava ao grupo um caráter especial. Mas, um grupo de trabalho de assuntos jurídicos é um grupo de caráter geral, que creio que não deveria incluirse nesses critérios.

Como os Senhores sabem, a Representação da Colômbia, como acontece com outras Representações, não com a maioria, é uma Representação muito reduzida e a criação de novos grupos de trabalho para tratar os mesmos assuntos que examinamos no Comitê dificulta nosso trabalho. E digo isto não somente para Grupo presidido por meu colega do Equador senão para qualquer grupo que se crie no futuro.

<u>PRESIDENTE</u>. A Representação do Peru solicitou a palavra, mas não sei se seria conveniente que primeiro a Secretaria-Geral fizesse os comentários solicitados. Tem a palavra a Secretaria-Geral, Doutor Pastori.

<u>SECRETARIA</u> (Alejandro Pastori). Com relação à norma na qual o Comitê de Representantes de baseia para a criação de grupos de trabalho, que é a Resolução 262, aprovada recentemente, estabelece, em seu Artigo Primeiro, que o Comitê poderá criar grupos de trabalho quando considere conveniente.

No Artigo 1º. diz que "poderá criar grupos para o tratamento dos temas que, por sua natureza, requeiram uma consideração preliminar. Com base nesta Resolução, o Comitê de Representantes está habilitado para criar o grupo de trabalho que considere conveniente. A respeito do tema específico do Grupo de Trabalho sobre Situações Jurídicas, considerou-se que o existente anteriormente, como manifestou o Senhor Coordenador, tinha concluído suas tarefas, já que tinha como incumbência analisar quatro temas específicos, que já tinham sido analisados.

Na reunião do Grupo, considerou-se que era mais importante criar um grupo geral de assuntos jurídicos, onde qualquer tema que tivesse eventualmente a necessidade de ser considerado de forma prévia, fosse tratados diretamente nesse Grupo de Assuntos Jurídicos. É uma mudança de denominação e também de competência que, neste caso, torna-se mais genérica e mais ampla para os assuntos jurídicos, e não específica, para os quatro temas para os quais foi criado o grupo anterior.

Quanto à possibilidade mencionada pela Representação da Argentina, no sentido de dar recomendações, a própria Resolução 262 já outorga essa capacidade aos grupos de trabalho criados. Portanto, pode ser incluído ou não na resolução, mas se não fosse incluído já estaria previsto pela Resolução 262. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado, Doutor Pastori. Tem a palavra o Representante do Peru, Embaixador Higueras.

Representação do PERU (Carlos Higueras Ramos). Obrigado, Presidente.

Coincido com o Representante da Colômbia. Penso que criar, neste caso, um grupo de trabalho sobre assuntos jurídicos não tem nada a ver com que o grupo de trabalho seja jurídico, porque deveria estar integrado por juristas. E respeito muito o

Coordenador, conheço seu curriculum vitae nesse campo. Mas lançamos o grupo e ainda a Secretaria não me esclareceu esse ponto.

Por outro lado, penso que na Resolução 262 deve constar que um grupo de trabalho deve ter seus termos de referência, principalmente no que se refere a um grupo de trabalho de assuntos jurídicos. Criamos vários e durante várias semanas, não nos reunimos para poder elaborar termos de referência. Penso que seria importante não criar um antecedente. Considero que não podemos criar um grupo de trabalho sem termos de referência. Devemos discutir mais sobre este assunto.

Considero importante, Senhor Presidente, tratar um pouco mais este tema, com todo respeito ao Coordenador, Embaixador Faidutti, para determinar se este projeto de resolução deve ser aprovado hoje. Não tenho inconveniente em que elabore um projeto de resolução e menos em que seja criado um grupo de trabalho sobre assuntos jurídicos, mas devemos fazê-lo corretamente para que meu sucessor não lhe chame a atenção por não ter feito algo sobre este ponto. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Higueras.

Tem a palavra o Senhor Representante da Bolívia, Embaixador Vargas.

<u>Representação da BOLÍVIA</u> (Willy Vargas Vacaflor). Senhor Presidente, creio que as observações propostas em caráter geral são absolutamente pertinentes.

Na realidade, não me oponho à criação de um grupo de trabalho, mas devemos ter bem clara a finalidade para a qual é criado. Informaram-nos que o grupo de trabalho que existia foi um grupo ad hoc, que já concluiu seu objetivo. Por conseguinte, deveria recolher essa experiência.

O grupo de trabalho pode ser criado pelo Comitê de Representantes, com plena competência jurídica para cada caso. É um órgão auxiliar do Comitê de Representantes, como informam os assuntos que consideram adequado criar um grupo de trabalho em matéria jurídica, para uma situação específica, cumpre o objetivo e conclui seu trabalho, não tem caráter permanente, porque é muito difícil que funcione um grupo de trabalho sem conteúdo. Este define sua ação em função do tema encomendado pelo Comitê para tratar, de forma prévia, um assunto específico e formula suas recomendações, também específicas, para que o Comitê as resolva.

Por conseguinte, Senhor Presidente, creio que este tema deveria voltar à Secretaria-Geral para sua reelaboração. Por outro lado, apenas ontem tomamos conhecimento do tema, não tivemos tempo de analisá-lo, nem de aprofundar a situação. Desejo manifestar que, levando em conta o projeto, parece que define a situação que diz no relatório do Grupo de Trabalho do Comitê de Representantes sobre situações jurídicas que estas mereceriam uma revisão. Deveriam dizer-nos qual seu alcance e que significa nesse relatório. Esta situação será discutida e poderemos criar ou não um grupo de trabalho ad hoc específico, para que, constituído sob a Presidência de um Representante, que gostaria fosse o Representante do Equador, possa informar-nos especificamente sobre o tema que está sendo especificamente encomendado, que cumpra com seu objetivo. Esse grupo de trabalho conclui seu trabalho, não tem caráter permanente. Essa foi a natureza com que funcionou este órgão que tem caráter auxiliar e que está prescrito no Tratado. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado, Embaixador Vargas. Solicitaram a palavra as Representações da Argentina e do Peru.

Tem a palavra o Representante do Peru, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente.

Com relação ao caráter permanente ou ad hoc do grupo de trabalho, consideramos que apesar de ser permanente, funcionaria como ad hoc, isto é, não realizaria reuniões periódicas como fazem os grupos de Orçamento, Programa de Atividades ou outros, senão que se reuniria a pedido do Comitê. O fundo da questão não é criar um grupo ad hoc cada vez que devamos tratar um tema.

O fundo da questão é que o tema não foi resolvido. O tema sobre situações jurídicas que merecem uma revisão foi herdado de um grupo que não chegou a um acordo e atualmente precisam de um tratamento. O tema das vigências, das vigências simultâneas tem diferentes sistema de entrada em vigência e isso faz com que nos acordos, muitas vezes se apresentem confusões. Então, é um tema que já deveria estar resolvido, pelo menos ter uma proposta concreta. Para mim seria importante, independentemente do caráter permanente ou ad hoc, que o Grupo se reunisse para tratar o tema da vigência dos acordos e existem diferentes cláusulas.

Também há outro tema que surgiu na reunião de Programas de Atividades. Nesta reunião houve uma série de mandatos, incluídos no Programa de Atividades que surgiam de grupos assessores, ou seja do Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros, do Conselho Assessor de Turismo e de outros e surgiu o problema de se estes grupos assessores têm mandato para ordenar ações à Secretaria ou deve passar primeiro pelo Comitê de Representantes.

Em princípio, não era o âmbito adequado para discuti-lo, apesar de que se manifestaram todas as Representações. Por conseguinte, houve acordo em que o tema será encaminhado ao grupo de Assuntos Jurídicos para que analise todo o sistema de mandatos, ou seja que os mandatos que chegam aos grupos de trabalho, e neste caso ao Programa de Atividades, tenham uma recomendação ou mandato específico do Comitê de Representantes que, em princípio, seria o mais sensato, que os mandatos surgissem do Comitê ou do Conselho de Ministros, que são os organismos políticos, mas como se considerou que era um tema que devia ser tratado em profundidade, consideramos que deveria ser analisado pelo Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos.

Em concreto, estamos a favor de sua criação. Seu caráter ad hoc ou permanente é um tema formal. deveria reunir-se somente para temas específicos. Considero que o problema de algumas Representações que têm poucos funcionários, que estão passando de um grupo para outro, seria somente para temas específicos, sugeridos ou enviados pelo Comitê de Representantes. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Muito obrigado, Embaixador Onis. Tenho na lista de oradores as Representações do Peru e do Brasil.

Tem a palavra o Embaixador Higueras.

Representação do PERU (Carlos Higueras Ramos). Peço desculpas por intervir novamente, mas insisto na delicadeza deste projeto de resolução, para elaborá-lo da melhor forma.

Creio que este projeto deve ser revisado na próxima sessão do Comitê de Representantes, para que não haja discordâncias em seu texto. Não sou jurista, respeito as leis e considero que não há reciprocidade entre os considerandos e a resolução.

Diz: "Considerando a conveniência de contar com um grupo de trabalho para tratar os assuntos jurídicos que requeiram uma análise prévia por parte do Comitê de Representantes". Quem faz a análise prévia é o grupo de trabalho e não o Comitê de Representantes e o encaminha ao Comitê de Representantes para que adote uma decisão. Esse é o poder do Comitê de Representantes. É o grupo de trabalho que faz as análises prévias.

Por conseguinte, este considerando deveria dizer: "Considerando a conveniência de contar com um grupo de trabalho para realizar uma análise prévia dos assuntos jurídicos que requeiram de uma decisão por parte do Comitê de Representantes", porque depois o parágrafo final da resolução diz: "os objetivos e âmbitos de ação do grupo serão a consideração dos temas cujos aspectos jurídicos, que a critério do Comitê de Representantes requeiram de uma análise prévia", mas como, se o Comitê de Representantes tinha que fazer uma análise prévia na parte dos considerandos?

Minha Representação considera que existe consenso para continuar aprofundando neste projeto de resolução e na próxima sessão o Embaixador Faidutti, com o assessoramento da Secretaria nos apresentará um novo projeto, um pouco mais coordenado, mais recíproco. Obrigado, Presidente.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado, Embaixador Higueras. Tem a palavra o Representante do Brasil, Embaixador Denot Medeiros.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Presidente.

Minha Delegação, neste Grupo de Trabalho ad hoc, presidido pelo Embaixador do Equador, esteve de acordo com a recomendação da coordenação equatoriana, no sentido de que seja aprovada aqui uma resolução, criando um grupo de trabalho sobre assuntos jurídicos e considero que este debate ratifica a conveniência e necessidade de ter este grupo de caráter permanente, mas como disse o Embaixador da Argentina, quase ad hoc, no sentido de que se ocupará de temas que este Comitê lhe destina ou destinará a este grupo de trabalho.

Estou de acordo com a proposta do Peru, no sentido de que se pode melhorar a relação deste projeto de resolução. Talvez, se assim considera, podemos deixá-lo para aprová-lo na próxima semana, mas me parece que seria conveniente dois consensos. O primeiro é que se se cria o grupo de trabalho de assuntos jurídicos, isto reforça a capacidade do Comitê de dialogar com a Secretaria sobre esses temas jurídicos e, inclusive, pode ajudar a Secretaria e a Assessoria Jurídica da Secretaria quando deva tomar decisões sobre temas de interesse do Comitê. É mais uma medida para aprofundar o diálogo permanente deste Comitê com a Secretaria. Neste sentido estou totalmente de acordo com o Embaixador da Venezuela, que qualificou este grupo de trabalho como uma espécie de assessoria jurídica permanente do Comitê, e eu o vejo dessa forma.

O segundo consenso que poderíamos obter dessa discussão é que já poderíamos encaminhar, quando seja criado o grupo de trabalho, na próxima semana, esses dois temas dos quais falou o Embaixador de Argentina, o tema da vigência, que é muito importante e que pode ser resolvido satisfatoriamente e facilitar muito o trabalho de protocolizações, entre outros, que interessa a todas as Representações e à Secretaria, e o segundo, que é o dos mandatos apresentados no Grupo de Trabalho de Programa de Atividades. Muito obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado, Embaixador Denot Medeiros. Tem a palavra o Representante do Chile, Embaixador Héctor Casanueva.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado.

Somente para manifestar nosso total acordo com a criação deste grupo. Também consideramos que é, na realidade, um grupo assessor do Comitê de Representantes e desejo manifestar que as Representações temos problemas para assistir a todos os grupos de trabalho porque se muitas vezes as mesmas pessoas devem participar dos diferentes grupos e vamos ter problemas para participar de todos os grupos. Desejo lembrar-lhes que não necessariamente devemos participar de todos os grupos, principalmente de um grupo de assuntos jurídicos. Creio, francamente, que é um grupo tão específico e os temas que trata são bastante técnicos.

Portanto, trata-se também então de aproveita a experiência das Representações nesta matéria e no caso específico da Representação do Equador, temos como Embaixador um jurista reconhecido e pode servir muito para que este Comitê possa ter antecedentes prévios para tomar decisões em algumas matérias.

Por conseguinte, estamos de acordo na criação do grupo. Estamos em condições de aprovar hoje a resolução, com alguma correção de redação que torne coerente os considerandos com a parte das disposições ou aprová-la na próxima sessão para poder fazer as correções com mais tempo. De qualquer maneira estamos de acordo com a criação do grupo.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado, Embaixador Casanueva. Tem a palavra a Representação do Paraguai, Embaixador Casal.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente. Concordo com a proposta e minha Representação considera importante criar este grupo.

Concordo também com a Representação do Peru, Presidente, no sentido de que seria conveniente adiar o tratamento da Resolução para a próxima sessão, levando em conta a possibilidade de melhorar o texto do projeto e considero importante contar com a coordenação do Embaixador do Equador, jurista reconhecido. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Muito obrigado, Embaixador Casal. Solicitaram a palavra as Representações de Cuba e do México. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Fidel Ortega Pérez). Obrigado, Presidente. Para manifestar que estamos de acordo com a criação deste grupo de trabalho e basicamente com o projeto de resolução.

Creio que todas as Representações reconhecemos a importância deste grupo derivada da seu funcionamento durante os anos em que se esteve reunindo, isto é, creio que não devemos ter medo a introduzir no grupo demasiados temas, primeiro porque seriam temas que estariam recomendados pelo Comitê de Representantes porque, como foi dito, na prática o funcionamento do grupo demonstrou quais eram os temas que eram tratados por este grupo de trabalho.

A Representação de Cuba não teria dificuldade alguma em aprovar o projeto de resolução hoje, mas, como manifestaram algumas Representações, se desejam podemos aprová-la na próxima semana. Temos também a observação de redação feita pelo Embaixador do Peru, no sentido de substituir "por parte do Comitê". Com essa mudança ficaria solucionado o problema e não seria necessário adiar sua aprovação para a próxima semana, mas as Representações decidem. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Fernando Sandoval Flores). Muito obrigado, Senhor Presidente. Em primeiro lugar desejo agradecer o esforço e o trabalho realizado pelo Embaixador do Equador sobre esta atividade. Reconhecemos, apreciamos e valoramos esse esforço.

Por outro lado, minha Representação está de acordo em seja aprovado o grupo. Pensamos que poderíamos aprová-lo imediatamente, com base nos comentários, muito adequados, muito pertinentes, fundamentalmente, do Embaixador do Peru e da Representação da Argentina. Creio que hoje poderíamos concluir este tema. Muito obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação da Colômbia, Embaixador Sarabia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Sim, Presidente. Levando em conta o pedido do Brasil, nossa Representação não teria inconveniente em apoiar esse consenso.

Estamos de acordo, portanto, em criar este grupo, como propôs a Argentina, como um grupo de caráter permanente, mas que se reúna por convocação do Comitê. Estamos de acordo, também, e nisso queremos ser muito enfáticos, em que este será um grupo para revisar assuntos, previamente à reunião do Comitê de Representantes e não com um mandato para desenvolvê-los. Expressaremos esse critério cada vez que seja proposta a criação de um novo grupo, porque estes, é conveniente lembrar, são órgãos de apoio, de consulta e não mecanismos nos quais se podem delegar questões que depois tenham sua própria dinâmica.

Com essas precisões e se chegamos a esclarecer as dúvidas, muito atinadas, feitas pelo meu colega peruano, poderíamos aprovar, sem nenhum inconveniente esse grupo hoje ou na próxima semana.

<u>PRESIDENTE</u>. Muito obrigado. A Mesa percebe que há um claro consenso na criação do grupo.

Por outro lado, as observações feitas em Sala, particularmente pelo Representante do Peru, justificariam, talvez, para satisfação de todos, uma redação um pouco mais pormenorizada do texto do projeto de resolução.

A Mesa solicitaria ao Coordenador, Embaixador Faidutti, que levando em conta os comentários realizados na Sala, que aceitasse nossa encomenda de realizar uma revisão do projeto para ter uma nova redação. Ele poderia fazer consultas informais, ou através da Secretaria para ter um projeto de resolução que possa ser aprovado formalmente na próxima reunião do Comitê.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Não teria inconveniente.

<u>PRESIDENTE</u>. Agradeço ao Embaixador Faidutti sua boa vontade e creio que seria conveniente proceder desta forma e o novo projeto de resolução seria submetido à consideração da próxima reunião do Comitê de Representantes, tendose efetuado previamente as consultas necessárias para ter a certeza de que os diferentes pontos de vista desta sessão foram nele incluídos. Muito obrigado, Embaixador Faidutti.

8. Asuntos diversos.

<u>PRESIDENTE</u>. Tendo concluído então o sétimo ponto da Ordem do Dia de hoje, passamos a Assuntos diversos. Há duas Representações que desejam efetuar considerações neste ponto. A Representação da Argentina reivindicou, em primeiro lugar, o Programa de Atividades. Tem a palavra o Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado. Com relação ao Programa de Atividades, outro dos temas propostos é o referente aos Acordos de Cooperação assinados pela Secretaria, dos quais derivaram estudos e deslocamento de pessoal ou despesas orçamentárias da Associação.

Nesse sentido no Programa de Atividades foram propostos alguns destes temas e acordou-se solicitar ao grupo que trata os temas de cooperação uma análise sobre os acordos de cooperação, em particular os que ocasionam despesas orçamentárias, a fim de saber se o pode ser incluído ou não no Programa de Atividades, porque algumas Representações consideravam que não correspondia incluí-los entanto não estivessem aprovados. Com este tema acontece a mesma coisa que com o anterior, no sentido de que se este tema pode ser analisado pelo grupo presidido pelo Brasil, sobre cooperação institucional.

Queria referir-me também ao Sistema SIT porque há uma confusão sobre as datas, no sentido de quando devemos responder. A Secretaria tinha proposto um prazo de 30 e de 45 dias e vários países não estariam em condições de responder nesse prazo. Corresponderia ao Comitê definir determinar os prazos para fornecer a informação à Secretaria a fim de estruturar este site na página web. Obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço as informações e comentários do Embaixador Onis.

Pergunto se as Representações desejam fazer algum comentário sobre este tema. Caso contrário o Comitê coincide com o manifestado em Sala pela coordenação do grupo, através do Embaixador Onis. Não havendo comentários, fica assim acordado.

O segundo ponto de Assuntos diversos é o referente à Coordenação do Grupo de Trabalho sobre Seguimento do Programa de apoio em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Tem a palavra o Embaixador Faidutti.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Sim, Senhor Presidente.

Em primeiro lugar agradeço aos Senhores Representantes do México que estiveram a cargo da coordenação deste grupo pelo extraordinário trabalho. Porém, como os dois Representantes concluíram suas funções, é necessário designar um novo coordenador. Esta designação deveria realizá-la o Comitê de Representantes, mas solicitaria seu adiamento, a fim de que os PMDERs cheguemos a um acordo e propor ao Comitê de Representantes um coordenador. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Faidutti. Considero adequada a proposta da Representação de Equador e vejo que as demais Representações estão de acordo. Por conseguinte procederemos dessa maneira.

Pergunto às Representações se desejam tratar algum outro ponto. A Secretaria-Geral deseja efetuar alguma consideração? Se as Representações não desejam tratar outros temas dou a palavra ao Embaixador Rojas.

<u>SECRETÁRIO-GERAL</u>. Muito obrigado, Senhor Presidente. Queria referir-me a três aspectos.

Em primeiro lugar, Senhor Presidente, na próxima semana distribuiremos às Representações a minuta de documento no qual seriam notificados os acordos com a Organização Mundial do Comércio. Este trabalho, embora não esteja contemplado no Programa de Atividades da Associação, é necessário realizá-lo, porque estas notificações devem ser feitas de forma bianual.

Uma vez que as Representações tomem conhecimento desta minuta, solicitamos que nos enviem os comentários correspondentes em um prazo não superior a duas semanas, para poder, através da Secretaria-Geral, encaminhá-los à Representação Permanente do Uruguai, para que esta faça a apresentação correspondente à Organização. Portanto, solicitamos às Representações que atendam este pedido.

Por outro lado, Senhor Presidente, queria informar que a Secretaria-Geral assinará, proximamente, um acordo como Instituto de Cultura Uruguai-Brasileiro, a fim de promover o conhecimento do idioma português entre os funcionários da Secretaria-geral. Oportunamente informaremos a data exata da assinatura desse acordo.

Finalmente, Senhor Presidente, no mês de abril fizemos contatos com o Embaixador Rubens Rícupero, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas, para adiantar algumas ações que parece que agora não vai figurar na agenda da Associação. Estou-me referindo às políticas de competência.

Nesse sentido, tínhamos solicitado, no mês de abril, a cooperação técnica da UNCTAD, que conta com os recursos e com a experiência necessária para realizar um seminário, com a participação de funcionários governamentais dos doze paísesmembros, para adiantar algumas ações nesta matéria e a semana passado recebemos uma resposta favorável.

Obviamente isto nos apresenta dois caminhos, como em todas as coisas da vida. Um é agradecer e responder que não temos interesse algum em realizar este projeto. Porém, decidimos submeter este tema à consideração dos senhores, porque pensamos que é muito importante para as negociações que estão sendo realizadas no âmbito hemisférico como é uma eventual rodada de negociações comerciais multilaterais.

Portanto, consideramos que o trabalho que poderia desenvolver a Secretaria-Geral da ALADI e a Secretaria-Geral da UNCTAD ainda teria vigência, não obstante os resultados conhecidos sobre o tratamento desta matéria nas reuniões de Chefes de Representação. Se for necessário estamos prontos para apoiar este tipo de tarefa.

Desejo manifestar também, que isto não vai requerer nenhum recurso orçamentário extraordinário, nem muito menos, senão o trabalho de contraparte que normalmente se realiza. Mas, de acordo a como está sendo manejado este tema na Associação, preferimos optar por informar ao Comitê sobre esta gestão. Desejo manifestar-lhes que estas gestões devem realizar-se com essa antecipação para poder contar com os recursos para o próximo ano e a UNCTAD já respondeu favoravelmente a nossa proposta. É tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral. Várias Representações solicitarama palavra. Tem a palavra o Representante do Brasil, Embaixador Denot Medeiros.

<u>Delegação do BRASIL</u> (José Artur Denot Medeiros). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Queria somente manifesta a satisfação de minha Delegação pelo anúncio que acaba de fazer o Senhor Secretário-Geral sobre a intenção de celebrar um Convênio com o Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, para ministrar cursos de português para os funcionários da Secretaria.

Esta é uma velha aspiração e uma velha necessidade, que finalmente foi concretizada, nesta iniciativa do Secretário-Geral. Considero que agora é mais oportunas, pelas últimas inovações que estamos fazendo na Secretaria, a página web, e tudo o que contribua para difundir e divulgar a ação da Associação em meu país, logicamente, é absolutamente indispensável que se faça na outra língua oficial desta Associação.

Queria agradecer e pedir ao Comitê que continue apoiando esta iniciativa do Senhor Secretário-Geral, porque considero é de interesse não somente do Brasil, mas da Associação como um todo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação Venezuela, Embaixador Arcaya.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Vou referir-me à parte do acordo de cooperação sobre competências. Aqui não podemos afirmar que abandonamos o tema da competência.

Às vezes nos confundimos um pouco quando falamos de competência, como se fosse um tema. Competência abrange muitos temas, como o dumping e os subsídios. Esse tipo de mecanismos é aplicável em muitos de nossos casos e devemos estar permanentemente ao par deles. O que analisamos é se vamos elaborar normas da ALADI, normas regionais sobre políticas de dumping e de subsídios ou de competência, mas em nenhum caso devemos abandonar o tema de competência,

porque isso derivaria em que em nenhum momento vamos tratar o mercado comum da ALADI.

Creio que o tema de competência é importante e deveríamos estar atualizados. É um trabalho que faz a Secretaria, inclusive dentro de suas atribuições outorgadas pelo Tratado. Não influi no orçamento e, portanto, não devemos rechaçar um tipo de cooperação como esta. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado, Embaixador Arcaya. Tem a palavra o Representante do Peru, Embaixador Higueras.

Representação do PERU (Carlos Higueras Ramos). No mesmo sentido que o Delegado do Brasil, desejo felicitar a Secretaria por esse acordo. Esperemos os funcionários da ALADI aprendam o português do Brasil.

Em segundo lugar, a Venezuela acaba de dizer o que eu pensava dizer de forma menos qualificada, e é que não podemos, de nenhuma maneira, dizer que abandonamos este tema. Tenho em meu poder a Minuta tratada em 4 de setembro sobre esse tema e não diz nada disso. Pelo contrário, diz que várias Representações manifestaram que, por enquanto, as atividades da Associação devem concentrar-se em fazer um seguimento de sua evolução nesses âmbitos e particularmente no âmbito da próxima rodada de negociações comerciais multilaterais da OMC. Isso é lógico e não poderemos fazê-lo se não nos informamos sobre o que está sendo feito em Genebra.

Creio que este contato com o Embaixador Ricúpero, Secretário-Geral da UNCTAD é muito valioso e infomar-lhe que agora já não queremos tratar o tema seria não dar à ALADI o peso específico que queremos dar-lhe. Queremos engrandecer a ALADI e se eliminamos temas das organizações mundiais importantes estaríamos fora de competência. Por conseguinte, minha Representação desejaria alentar a Secretaria-Geral para que continue fazendo contatos com a Secretaria-Geral da UNCTAD, para poder fazer o seguimento, como foi acordado na reunião de 4 de setembro. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado. Tem a palavra o Representante do Paraguai, Embaixador Casal.

<u>Representação do PARAGUAI</u> (José María Casal). Obrigado, Presidente. No mesmo sentido que a Delegação do Brasil, Venezuela e Peru.

Presidente, primeiro para contragular-nos pelo acordo que assinaremos com o Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro. Em segundo lugar, para compartilhar a idéia das Representações da Venezuela e do Peru, no sentido da importância que pode ter para esta Associação a realização desse seminário. Presidente, não consideramos que afete as prioridades deste Comitê. Trata-se de um seminário que poderia iluminar nossos trabalhos. Muito obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado. Tem a palavras o Representante da Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, desejo apoiar e felicitar a Secretaria e ao Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro. Considero fundamental que todos os funcionários manejem o idioma português, para acelerar a integração nesse aspecto cultural e também na parte prática, na redação dos acordos, que muitas vezes nos acordos, os principais problemas geralmente passam pelas dificuldades nas diferenças entre os textos em espanhol e em português.

Em segundo lugar, queria referir-me ao tema do seminário. Creio que devemos fazer algumas pontualizações. Nas reuniões de Chefes de Representação estivemos indicando prioridades para a próxima reunião de Chanceleres, no âmbito da Resolução 54 (XI). No próximo ano não vamos ter o mesmo programa ou as mesmas prioridades. Estes exercício foi feito para escolher as prioridades.

Sobre este tema houve uma decisão em Chefes sobre o tratamento ou seguimento do tema de políticas de competência. Sem prejuízo disso, creio que qualquer atividade que possa realizar-se na ALADI, que não gere custos ao orçamento, que surja de um programa de cooperação, de qualquer tema que tenha a ver com o comércio e a economia internacional, sempre será bem-vindo.

Potencializar a ALADI significa realizar uma série de seminários, encontros. Se temos um interesse muito particular, seria financiado com nosso orçamento, mas se não for assim e alguém nos oferece o financiamento, as passagens e a participação de peritos governamentais, consideramos que todo esse tipo de iniciativas serão apoiadas, pelo menos por minha Representação, em qualquer tema, embora não seja um tema das prioridades ou não esteja no Programa de Atividades. São dois campos que devem separar-se, isto é a participação da ALADI em todo o referente à agenda internacional em temas econômicos, sem que isto produza despesas para a Associação. Nesse sentido apoiaremos qualquer iniciativa de qualquer organismo, em cooperação com a ALADI para desenvolver seminários de capacitação ou para que venham peritos de nossas capitais. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado Embaixador Onis. Tem a palavra o Representante da Colômbia, Embaixador Sarabia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Sim, Presidente.

Desejo fazer dois comentários: o primeiro relacionado com o convênio que a Secretaria assinou com o Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro. Queria consultar se seria possível que a capacitação não se limitasse exclusivamente aos funcionários da Secretaria, mas também que fosse extensiva aos funcionários das Representações dos países da ALADI. Não sei se em minha Representação haveria algum interessado, mas é possível que em outras Representações alguns funcionários possam ter interesse em aprender um pouco de português, e assim poderíamos falar todos um bom portunhol.

Um segundo comentário que tem a ver com a proposta enviada pela UNCTAD, respondendo um pedido prévio feito pela ALADI. Desejaria ter um cassette para repetir o mesmo discurso e evitar-me-ia sua reprodução. Mas este é um exemplo clássico, típico de como, por um lado, vamos indicando prioridades e, por outro, vamos introduzindo-nos em todos esses temas, que são importantes, reitero, para que ninguém me diga que o tema de políticas de competência não é importante, mas de alguma maneira devemos concentrar a ALADI naquelas tarefas que posse fazer melhor.

Discrepo, muito cordialmente, com o manifestado por meu colega, Embaixador Onis, no sentido de que esse projeto não tem custo, porque tudo tem um custo, em termos de horas-homem. Embora digamos que a Secretaria não vai fazer nada e que a UNCTAD traz todo seu pessoal e vão embora sem que ninguém da Secretaria gaste um minuto de seu tempo, não é verdade. Essas são as decisões que devemos tomar sempre e por isso devemos determinar prioridades em todas as instituições, porque, caso contrário, surgirão, este é um caso, propostas de instituições e não poderemos negar-nos a fazer um estudo se em alguma reunião de Presidentes, encomendou-se à ALADI que se dedicasse ao tema do futebol ou a qualquer outro tema. Sempre haverá um tema importante ou um mandato. Sempre surgirá um tema importante ou um mandato, mas nós devemos determinar as prioridades porque, caso contrário, continuaremos de festa, mantendo trinta atividades, criando grupos de trabalho permanentemente e isso não é bom. Considero que devemos fazer mudanças no sentido de definir prioridades e saber o que isso significa.

Portanto, a posição da Colômbia é que respondamos à UNCTAD, em termos muito cordiais, muito efusivos, mas informando sobre nossos avanços e chegando a um acordo nesse sentido. Muito obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado, Embaixador Sarabia. Tem a palavra o Senhor Representante de Cuba, Ministro Ortega.

Representação de CUBA (Fidel Ortega Pérez). Obrigado, presidente. Não pensava intervir porque estava vendo que o gráfico as exposições de apoio à iniciativa da Secretaria ia em ascenso. Agora vejo que há um ponto de paralisia ou de mudança.

A Representação de Cuba apóia este tipo de atividades, principalmente a proposta do Embaixador do Peru, que nos recordou muito bem o que tínhamos acordado na reunião de Chefes de Representação sobre o tema de políticas de competência. É um tema importante para a Associação, mas também considero importante escutar um organismo como a UNCTAD neste foro. Todos somos países em vias de desenvolvimento e o enfoque da UNCTAD sobre determinados temas é muito importante para nós. Por outro lado, escutar o Senhor Ricúpero é um prazer, mas acredito que é básico escutar um enfoque diferentes, para ter um equilíbrio, para fazer um balanço e também para ter instrumentos para manejar os temas de comércio internacional.

É uma atividade que poderia ficar como opcional. A Representação que considere que isto significa um custo não assistiria, mas para a Secretaria, e está claro, não tem nenhum custo e por isso damos todo nosso apoio. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado. Tenho na lista, por sua ordem, a Argentina, Peru e Venezuela. Tem a palavra o Representante da Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado. Peço desculpas por fazer uso da palavra novamente, mas gostaria de fazer algumas precisões sobre a intervenção do Embaixador Arturo Sarabia.

Coincido com ele no sentido de que devemos priorizar, escolher algumas atividades para que o Programa de Trabalho da Associação, nisso estamos todos de acordo, para ser eficientes e utilizar os recursos, tanto humanos como financeiros, de maneira mais eficaz e eficiente. Estou totalmente de acordo com isso, mas considero

que há outro grupo de atividades, que não tem custos, porque são pagos por outros organismos. A Secretaria pode dedicar um ou dois dias a esses seminários, que creio que seja mais do que isso. Além disso, podem vir a capacitar-se funcionários de nossas capitais. É importante que nós tenhamos um panorama da situação.

Essa é a parte de difusão, participação, formação da ALADI e considero que esse tipo de atividades não tem custos diretos, no sentido de que não pagamos passagens, um cache aos que participam. Não há custos desse tipo, não existe nenhum estudo que deva ser elaborado com fundos da Secretaria. Por conseguinte, são positivos e não vai em contra da outra prioridade que é selecionar quatro ou cinco temas. São duas esferas ou campos diferentes. Um é as prioridades, escolher poucos temas e desenvolvê-los adequadamente e, outro, o aspecto de capacitação e formação como é o caso deste curso, que se está realizando, da Secretaria sobre a OMC, do qual participaram vários funcionários argentinos que estão muito conformes e contentes com o nível dos expositores, ou seja que esse tipo de atividades lhe dam maior prestígio à ALADI que é um dos objetivos que também queremos ressaltar sobre as prioridades.

Ou seja, a eficiência nos dará uma boa imagem de que fazemos poucas coisas e são bem feitas e, por outro lado, uma série de cursos ou seminários sobre temas que não estão no Programa de Atividades e que não afetam recursos diretos do programa. Considero que essa imagem melhorará o prestígio da ALADI, que é um dos grandes temas que enfrentamos. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Obrigado, Embaixador Onis. Tem a palavra o Representante do Peru, Embaixador Higueras.

Representação do PERU (Carlos Higueras Ramos). Obrigado. Também peço desculpas por intervir novamente, mas creio que as coisas devem ficar muito claras nesta Sala, para que a Ata reflita exatamente os temas que consideramos importantes.

Concordo com o manifestado pelo Embaixador da Argentina. Não vou ampliar seu conceito, nem a tratar de melhorá-lo, porque foi muito claro e essa é a razão deste diálogo. Presidente, é importante precisar as prioridades, mas também é importante ampliar nossos conhecimentos e, melhor ainda, atualizá-los. Sinto-me em Montevidéu, à borda do Rio de la Plata, no estuário com o Atlântico, mas observo, com melancolia o que fazem em Genebra , à borda do lago Leman, os que estão no centro do comércio mundial. Se vêm um grupo de peritos a esta capital e nos informam sobre estes temas, são horas de trabalho fantásticas, mas perdemos horas de trabalho aqui falando sobre outros temas que, às vezes, não têm nenhuma importância e ficamos uma hora e meia tratando esse tema.

Creio que se nos reunimos todo um dia com os técnicos da UNCTAD e melhor ainda se vem o Embaixador Ricupero com ele, vamos atualizar-nos. Talvez a Secretaria-Geral esteja atualizada e também os Representantes, mas lamentavelmente eu não estou atualizado. Por conseguinte, devemos atualizar-nos, devemos estar atualizando-nos permanentemente, e a única forma de fazê-lo é trazer pessoal capacitado, e se não tem custo algum melhor ainda. Não estou de acordo em que percamos horas de trabalho se ficamos sentados escutando a UNCTAD sobre o tema de política de competência. Creio que perderemos mais horas em outras coisas, Senhor Presidente, e não no que verdadeiramente é importante.

Em outras palavras, minha Representação apóia totalmente a realização deste seminário. Agradece à Secretaria ter-nos avisado com antecipação para poder saber de que se trata, com todos os detalhes e espero que ninguém se oponha terminantemente, para que nos reunamos e escutemos estes técnicos que nos informarão sobre temas que conhecemos e talvez sobre temas que são novos. Obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Muito obrigado. Tem a palavra o Representante da Venezuela, Embaixador Arcaya.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Para nossa Representação não somente se trata, como manifestaram tanto a Argentina como o Peru, de um foro para conhecer ou para estar atualizados nos temas e na questão de orçamento, mas se trata de um evento de muita transcendência para a instituição.

As normas sobre competência e sua prioridade dependerão do objetivo que nos vamos traçar nesta instituição e é sob esse aspecto que estamos discutindo os temas e as análises das prioridades. Ainda não foram definidos. Há proposta de várias Representações de que isto seja uma zona de livre comércio, e posso dizer, sem titubear que se partimos para uma zona de livre comércio, as normas de competência têm expressamente que fazer parte de nosso programa de trabalho prioritário.

Por conseguinte, não é somente por ter alguma informação, senão que o tema em si dependerá, como consta na primeira minuta dos estudos dos temas, dos objetivos que proponhamos, no sentido de criar uma zona de livre comércio. Por conseguinte, o tema de normas regionais e sua coordenação poderia passar a um segundo plano. Mas esse âmbito não está definido e, portanto, não podemos descartar desde agora como fizeram algumas Representações, que esse tema já foi tratado e já não é prioritário para a Associação. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Obrigado, Presidente.

Coincidimos totalmente com o manifestado pela Representação da Colômbia. Já manifestamos isto em uma reunião de Chefes de Representação. Porém, acreditamos que este tema que apresentou a Secretaria-Geral é muito específico. Entendemos que realizou-se uma gestão prévia no mês de abril e por isso não teríamos inconveniente em que se realize este seminário, levando em conta a situação especial do tema. Muito obrigado.

<u>PRESIDENTE</u>. Muito obrigado. Nenhuma representação deseja fazer uso da palavra. Por conseguinte recolho suas opiniões, no sentido de que ainda o Comitê não concluiu a definição das prioridades do futuro programa da Associação, que deverão resolver os Ministros.

Recolho, também, um sentir quanto a que uma atividade deste tipo não necessariamente contradiz a definição desses objetivos e, por conseguinte, considero que a Secretaria deveria continuar suas gestões com a Secretaria da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento para realizar esta atividade para meados do próximo ano. Creio que as Representações manifestaram claramente a necessidade de que a ALADI defina, obviamente, seu papel e estamos

dedicados a isso, segundo mandato da Reunião do Conselho de Ministros do ano passado.

Creio então que as preocupações manifestadas pelo Secretário-Geral foram suficientemente esclarecidas, para que continue adiantando essas gestões e, de alguma maneira, a discussão de hoje reflete, também, uma necessidade de continuar com nossos próprios trabalhos, o qual me permitirá, se não há outro tema, considerar concluída a reunião. Encerra-se a sessão.